

A LITERATURA COMO ESPAÇO DE INSCRIÇÃO: LEITURAS DE *CORPO DESFEITO* DE JARID ARRAES

LITERATURE AS A SPACE OF INSCRIPTION:
REFLECTIONS ON *CORPO DESFEITO* BY JARID ARRAES

Caroline Krüger

Mestra em Psicanálise: Clínica e Cultura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/Brasil).
Supervisora na Clínica da Universidade Luterana do Brasil (Canoas/Brasil).
E-mail: caroline_kruger@outlook.com

Sandra Djambolakdjian Torossian

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/Brasil).
Professora Titular no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/Brasil).
E-mail: djambo.sandra@gmail.com

Rafael de Siqueira Fredi

Mestre em Psicanálise: Clínica e Cultura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/Brasil).
E-mail: rafael.fredii@gmail.com

Samantha Frota Luconi

Especialista em Atendimento Clínico pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/Brasil).
Psicóloga na Prefeitura Municipal de Porto Alegre (Porto Alegre/Brasil).
E-mail: saluconi@gmail.com

Recebido em: 20 de janeiro de 2026

Aprovado em: 24 de abril de 2026

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

RPR | a. 23 | n. 2 | p. 212-226 | jul./dez. 2026

DOI: <https://doi.org/10.25112/rpr.v2.4681>

RESUMO

Este artigo analisa as relações entre violência, literatura e escrita a partir da obra *Corpo Desfeito* (2022), de Jarid Arraes. Inserido no campo da literatura produzida por mulheres negras brasileiras, o trabalho interroga de que modo a escrita pode constituir um espaço de inscrição frente a experiências marcadas pela violência de gênero e pelo silenciamento. Por meio de uma escrita ensaística, orientada pela análise de fragmentos da obra, articulam-se discussões sobre crueldade, violência de gênero e literatura, tomando a trajetória da personagem Amanda como eixo de análise. A reflexão evidencia que a violência não se restringe a acontecimentos isolados, mas se produz também por mecanismos cotidianos de controle, apagamento e negação da experiência. Nesse contexto, a literatura é compreendida como prática capaz de produzir linguagem para experiências historicamente silenciadas, favorecendo sua circulação, memória e transmissão. Conclui-se que a escrita, especialmente na produção literária de mulheres negras, pode operar como mediação diante da violência, criando brechas nos processos de silenciamento e afirmando a literatura como espaço de inscrição, memória e transmissão.

Palavras-chave: Literatura negro-brasileira. Violência de gênero. Crueldade. Escrita. Jarid Arraes.

ABSTRACT

This article analyzes the relationships between violence, literature, and writing through the novel *Corpo Desfeito* (2022), by Jarid Arraes. Situated within the field of literature produced by Black Brazilian women, the study examines how writing may constitute a space of inscription in the face of experiences marked by gender-based violence and silencing. Through an essayistic approach, guided by the analysis of selected fragments from the novel, the article articulates discussions on cruelty, gender violence, and literature, taking the trajectory of the character Amanda as its central analytical axis. The analysis shows that violence is not limited to isolated events but is also produced through everyday mechanisms of control, erasure, and denial of experience. In this context, literature is understood as a practice capable of producing language for historically silenced experiences, fostering their circulation, memory, and transmission. The study concludes that writing, particularly in the literary production of Black women, may operate as a mediation in the face of violence, creating openings within processes of silencing and affirming literature as a space of inscription, memory, and transmission.

Keywords: Black Brazilian literature. Gender-based violence. Cruelty. Writing. Jarid Arraes.

INTRODUÇÃO

Em *Corpo Desfeito* (2022), romance de estreia de Jarid Arraes, acompanhamos Amanda aos doze anos de idade, momento em que o corpo e a subjetividade, ainda em formação, são atravessados por experiências de violência, controle e silenciamento. Ao longo da narrativa, a autora nos confronta com uma indagação fundamental: quem sabe do porvir de um corpo a se fazer, a desejar? Entre os impasses da adolescência e as marcas produzidas por relações familiares violentas, a obra evidencia como determinadas formas de crueldade incidem sobre a vida das mulheres, restringindo suas possibilidades de existência e reconhecimento. É nesse contexto que emerge uma questão que orienta este trabalho: de que modo a escrita pode operar como mediação diante de experiências marcadas pela violência de gênero e pelo silenciamento?

A questão colocada por Arraes (2022) insere-se em um campo de produção literária construído por autoras negras brasileiras que têm reivindicado a palavra como espaço de existência, memória e inscrição. Em diferentes registros, autoras como Conceição Evaristo (2020), Djamila Ribeiro (2021) e Eliane Marques (2017) evidenciam que a violência não se produz apenas pela agressão física ou pela exclusão material, mas também por meio do apagamento de histórias, da interdição da fala e da negação de determinadas experiências. Nesse contexto, a literatura ultrapassa a condição de representação da realidade para constituir-se como prática capaz de enfrentar violências epistêmicas, permitindo que experiências historicamente silenciadas encontrem espaço de circulação e reconhecimento.

Este trabalho desenvolve-se por meio de uma escrita ensaística, compreendida não apenas como escolha formal, mas como modo de aproximação do objeto. Ao refletir sobre o lugar do ensaio, Rivera (2017) observa que sua potência reside na capacidade de habitar zonas de fronteira entre diferentes campos de saber, favorecendo articulações que não se deixam reduzir a perspectivas disciplinares rígidas. É nessa direção que este artigo se constrói, estabelecendo interlocuções entre literatura produzida por mulheres negras, violência de gênero e escrita, mantendo a psicanálise como parte do horizonte conceitual que acompanha a reflexão, sem que ela constitua o foco central da análise.

Para tanto, foram selecionados fragmentos de *Corpo Desfeito* (2022) que permitissem acompanhar os modos pelos quais violência, silenciamento e escrita se articulam na trajetória da personagem Amanda. A escolha privilegiou passagens em que tais questões se apresentam de forma particularmente significativa para a construção da narrativa, possibilitando discutir como a literatura produz linguagem para experiências marcadas pela violência de gênero. Esses fragmentos são tomados como operadores de análise e colocados em interlocução com os referenciais mobilizados ao longo do texto, permitindo

examinar as possibilidades de inscrição construídas pela escrita diante de experiências de apagamento e silenciamento.

Partindo dessas questões, este artigo analisa as relações entre violência de gênero, silenciamento e escrita. Desde a trajetória de Amanda situamos a escrita não apenas como recurso narrativo, mas como uma forma de inscrição capaz de produzir linguagem para experiências marcadas pela violência. Para tanto, apresentamos inicialmente a autora e a obra, para então discutir as articulações entre crueldade, violência de gênero e escrita, culminando em uma reflexão sobre a literatura como espaço de inscrição. Nessa direção, acompanhamos como a narrativa de Arraes (2022) produz linguagem para experiências frequentemente remetidas ao silêncio, aproximando-se da urgência apontada por Bento (2022, p. 24) de “fazer falar o silêncio”.

ESCRITA E TRAUMA NA OBRA CORPO DESFEITO

Jarid Arraes é cordelista, poeta e ficcionista. Nasceu em Juazeiro do Norte, sertão do Ceará. Vive de literatura, atua como mentora e ministra cursos de leitura e escrita. Jarid cresceu em meio à literatura por meio dos cordéis, já que seu pai e seu avô eram cordelistas. Arraes (2024, 2025) relata, em entrevistas e conversas em podcasts, que sua formação como escritora se deu através da poesia. Diz, também, de sua paixão por palavras que encontrava na poesia de autores como Augusto dos Anjos e Álvares de Azevedo. Descreve como, ainda pequena, ia ao dicionário procurar sinônimos para palavras que lhe fascinavam, para com elas também escrever, gesto no qual já se anunciava a escritora por vir.

Contudo, Jarid (2024) afirma que foi após o encontro com a obra de Conceição Evaristo que passou a escrever de fato. A partir dessa leitura, animou-se a escrever para outros e reconheceu a possibilidade de ocupar um lugar como escritora sem dissociar sua identidade racial e sua origem. A autora indica que a escrita de Conceição Evaristo lhe apresentou um aspecto de realidade até então ausente de suas leituras, permitindo-lhe reconhecer a possibilidade de existir como escritora sendo uma mulher negra do Cariri. Foi nesse contexto que passou a se perguntar por que nunca havia lido uma escritora negra.

Jarid (2025) afirma compreender o trauma como uma questão central de sua escrita, é seu tema atual, sua “grande obsessão” e o que a move na criação literária. Sua escrita é direta, pungente, procura a dor, precisa encontrá-la. Sua produção literária articula a investigação do trauma a uma dimensão política comprometida com a ampliação dos espaços de visibilidade para mulheres, especialmente negras e indígenas, bem como para autores LGBTQ+.

Nos aproximamos aqui da obra da autora intitulada *Corpo Desfeito*, publicada em 2022 pela Editora Alfabeta. Quem protagoniza e nos conta a história desse livro é a personagem Amanda, no momento de

seus 12 anos de idade, quando um corpo começa a se constituir e é violentamente desfeito, uma e outra vez a partir da violência.

Trata-se de uma personagem que no amanhecer da juventude, ainda pisando no solo da infância, não pode nem mesmo se deter nos impasses, medos e questionamentos que acompanham esse momento de mudança na vida, tempo tão significativo e que pode, por si só, ser aterrorizante. As roupas que vestiam a criança já não servem mais, os olhares que antes eram carregados do mundo infantil passam a se transformar, assim como o corpo e os modos de circular no mundo.

É sob a justificativa de um discurso religioso que acompanhamos Amanda nos abusos cometidos por sua avó. A violência que a protagonista descreve não decorre da fé em si, mas do uso de um discurso religioso como dispositivo de controle, em uma totalidade onde não cabe questionamento humano algum. A avó, possivelmente em uma tentativa de expiar a culpa por não ter protegido a filha das violências cometidas pelo próprio pai, transforma a mãe de Amanda, após sua morte, em santa e passa a organizar a vida da neta em torno de rituais que, para além das rezas, incidem sobre seu corpo e seus desejos. A violência se inscreve não apenas nas surras que provocam dor, mas também na violação da intimidade, furtando qualquer alegria na experimentação e no cuidado de si. Doemos junto com Amanda quando ela é impedida de experimentar o mínimo dos prazeres na intimidade de um banho, no encontro consigo mesma que não pode ter e nas roupas que não pode usar.

Acompanhamos, junto à personagem, as perguntas que passa a se fazer sobre o amor que conhecia e aquilo que sustentava como prova de afeto. Aos poucos, transforma-se a convicção de que amar é oferecer o próprio corpo para ser punido, abrindo espaço para uma outra possibilidade de amor, ainda desconhecida, mas que já encontra ressonância em sua experiência. A leitura comove pelo explícito da violência física e simbólica, mas também pela força do encontro com um outro capaz de segurar para não despencar de vez (ARRAES, 2022). A narrativa de Amanda permite interrogar as relações entre violência, silenciamento e escrita.

Onde estava a ideia infantil de que eu poderia ter coragem? Não encontrava sequer um impulso. Eu tinha medo das consequências. Era isso que me mantinha viva, o medo das consequências. O que aconteceria se eu enfrentasse todas aquelas regras, se eu dissesse não, se não permitisse que vó fizesse todas aquelas coisas? Mainha ficaria decepcionada? Ainda me amaria, mesmo que eu não tomasse três banhos por dia, com a porta aberta, e se eu falasse com garotos para combinar um trabalho em grupo? Algum dia chegaria a se comunicar comigo? Essa é a dança da culpa. É assim que o corpo passa mensagens contraditórias (ARRAES, 2022, p. 95).

CRUELDADE, VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SUAS INSCRIÇÕES

Tomamos a noção de crueldade conforme desenvolvido por Torossian (2019) para analisar as formas sutis e explícitas de violência que estruturam as diversas vivências em contextos de opressão, e que pode ser articulada à experiência das mulheres em uma cultura patriarcal. Não se relacionando apenas a um território geográfico, mas a um contexto que circula por diferentes espaços e que não se reduz à pobreza ou à vulnerabilidade social como fatores determinantes. Trata-se de um conceito que permite deslocar a análise da violência para além do evento isolado, situando-a como engrenagem estrutural.

Em *Por que a crueldade*, Betty Fuks (2022) interroga a recorrência da crueldade na experiência humana a partir de uma articulação entre psicanálise, cultura e laço social, afastando-se de leituras que a circunscrevem a um desvio patológico ou a uma simples expressão pulsional. A crueldade, tal como a autora a trabalha, emerge no ponto em que o outro deixa de ser reconhecido como semelhante, tornando-se objeto de uso, de domínio ou de eliminação, operação que implica uma ruptura ética fundamental. Ao retomar a tradição freudiana, Fuks (2022) indica que essa operação se enraíza na dificuldade estrutural de sustentar a alteridade e a dependência do outro, fazendo da degradação do semelhante uma tentativa paradoxal de restauração narcísica. Nessa perspectiva, a crueldade se apresenta como força latente no laço social, reativada em contextos nos quais os referenciais simbólicos se fragilizam.

Ao situar a crueldade nesse entrecruzamento entre sujeito e cultura, Fuks (2022) amplia sua compreensão para além dos atos de violência explícita, incluindo formas mais silenciosas e reiteradas, nas quais o sofrimento do outro é desconsiderado ou naturalizado. A crueldade, nesse sentido, não depende da espetacularização para produzir efeitos, podendo operar de maneira discreta e contínua no interior dos vínculos sociais (FUKS, 2022). Nesse ponto, seu pensamento dialoga com Mijolla-Mellor (2005) ao enfatizar os aspectos mais estruturais e silenciosos da crueldade, permitindo reconhecer, como na história de Amanda, um medo que não se apresenta como lembrança de um acontecimento isolado, mas como antecipação constante de uma nova violência possível.

O traumático vivido por Amanda não se restringe a uma história única, mas traz consigo elementos de uma experiência socialmente compartilhada, na qual o corpo feminino passa a ser percebido como lugar de exposição e ameaça. Trata-se de um medo cotidiano, difuso, que incide sobre o corpo e participa da própria produção de subjetividade da adolescente, inscrevendo-se como vigilância, contenção e silêncio.

Ao retomar a história de Amanda, nos encontramos também com a história de sua mãe e de sua avó. Nas três histórias podemos identificar a crueldade como pano de fundo, que atua em alguns momentos de forma difusa e em outros explicitando o horror das agressões sofridas. Ao mesmo tempo em que transversaliza diversos modos da violência de gênero, que assumem dimensões transgeracionais. Na

narrativa de Amanda, acompanhamos um corpo e um psiquismo ainda em formação, que na adolescência, passam por circunstâncias de violência, mas que, no entanto, não iniciam ali. Há algo da subjetividade desta menina que forma-se ao longo da infância observando a mãe. O corpo da mãe que “talvez comesse as beiradas discretas do próprio corpo para talvez não falar daquilo que dali não passava” (ARRAES, 2022, p.42), um corpo silenciado, reduzido ao rechaço social e a opressões de gênero e raça.

Pensar um contexto atravessado por violências persistentes sobre os corpos e as subjetividades das mulheres impõe o encontro com o pensamento de Rita Segato (2018), que recoloca a crueldade no centro de uma pedagogia social da violência. A autora compreende a crueldade como pedagogia social sem apagar as dimensões subjetivas da violência, mas articulando-as às interseccionalidades que atravessam os cenários de opressão e que transversalizam violências físicas, psíquicas e estruturais. Como afirma Segato (2018), é impossível, hoje, abordar o problema da violência de gênero e da crescente letalidade das mulheres como se fosse uma questão separada da situação precária de vida.

Segato (2018) situa a crueldade como um dispositivo que nos habitua à destituição das condições de vida por meio da exploração e da precarização, reduzindo o outro a uma posição de inferioridade e, portanto, mais suscetível à violência. Para a autora, trata-se de um princípio pedagógico funcional à fase atual do capitalismo, que naturaliza a expropriação da vida e a predação. Nesse processo, torna-se cada vez mais difícil reconhecer e responder ao apelo daquele que é capturado pelas lógicas de consumo e descarte (SEGATO, 2018). Essa pedagogia não se impõe de modo abstrato, mas se ancora em contextos historicamente marcados pela colonialidade, na qual a expropriação da vida, dos territórios e dos vínculos constitui uma herança ainda plenamente operante. Assim, a autora sustenta que a expansão contemporânea do capital, sobretudo nas periferias do mundo moderno-colonial, intensifica as formas de crueldade ao converter paisagens comunitárias e histórias coletivas em objetos de apropriação e descarte. Ao compreender a desigualdade social como parte constitutiva do projeto colonial, a autora refere que o capital hoje depende de sermos capazes de nos acostumar ao espetáculo da crueldade” (SEGATO, 2018, p.14).

Trata-se de um processo no qual a violência deixa de ser excepcional para tornar-se linguagem ordinária do social, exigindo, um aprendizado sistemático da insensibilidade. É nesse sentido que Segato (2018) nomeia as “pedagogias da crueldade”, entendidas como práticas que ensinam a transmutar o vivo em coisa, operando uma redução progressiva da empatia e da capacidade de reconhecimento do outro como semelhante. Para a autora, as relações de gênero constituem a cena inaugural na qual se exercitam as primeiras formas de expropriação, domínio e desumanização, funcionando como base simbólica para outras modalidades de poder. Assim, a crueldade dirigida às mulheres - em especial às mulheres negras

- não pode ser compreendida fora da articulação entre capitalismo, colonialidade e patriarcado, pois é nesse entrelaçamento que o corpo feminino se torna um lugar privilegiado de pedagogização da violência.

Ao pensar na crueldade que se produz no corpo das mulheres, Segato (2018) o concebe como território, isto é, como superfície privilegiada de inscrição das disputas de poder no capitalismo contemporâneo. Não se trata de uma metáfora, mas de uma formulação central, segundo a qual a violência contra as mulheres funciona como forma exemplar de comunicação da dominação, controle e soberania em contextos marcados pela fragmentação comunitária e pela expropriação da vida. Para a autora, o corpo feminino converte-se em espaço onde a violência adquire legibilidade social, pois é nele que a crueldade se torna visível e inteligível como mensagem dirigida a um coletivo. Nesse sentido, para Segato (2018) a opressão destinada às mulheres opera como suporte simbólico no qual se exercita e se ensina a pedagogia da crueldade. Ao tratar esse corpo como território conquistável, violável e descartável, a violência deixa de se dirigir apenas à vítima individual, passando a funcionar como linguagem política que reafirma hierarquias e produz sujeição. Assim, a crueldade contra as mulheres não se reduz a um excesso ou a uma falha moral, mas se estrutura como prática reiterada de dominação, inseparável das formas contemporâneas de exercício do poder.

Segato (2018) amplia essa leitura ao mostrar que práticas aparentemente deslocadas do protótipo sexual — como punições públicas, humilhações coletivas ou castigos direcionados exclusivamente às mulheres, e frequentemente às mulheres negras — podem ser compreendidas como formas de estupro metafórico, uma vez que incidem de maneira diferencial sobre os corpos femininos e produzem um sofrimento adicional em razão do gênero. Nesses casos, a violência atua como mensagem dirigida não apenas à vítima, mas ao conjunto social, reafirmando hierarquias e marcando limites de pertencimento e submissão.

Ao considerar a articulação entre colonialidade, patriarcado e capitalismo, torna-se possível compreender que a violência não incide de maneira homogênea sobre todas as mulheres. As hierarquizações produzidas historicamente por raça, gênero e classe definem diferentes graus de exposição à crueldade e à precarização da vida, fazendo com que determinadas experiências sejam mais frequentemente atravessadas pelo silenciamento, pela destituição de direitos e pela naturalização da violência. Nesse contexto, a crueldade dirigida às mulheres negras não pode ser compreendida apenas como expressão de relações interpessoais violentas, mas como parte de uma trama histórica que marca corpos e trajetórias. Se a violência produz silenciamentos que atravessam gerações, torna-se necessário interrogar os recursos por meio dos quais essas experiências podem encontrar formas de inscrição e

transmissão. É nesse ponto que a escrita emerge como possibilidade de produzir linguagem para aquilo que a crueldade busca reiteradamente calar.

A LITERATURA COMO ESPAÇO DE EXISTÊNCIA

A autora Jarid Arraes (2025) situa a escrita como mediadora dos processos de elaboração e autonomia, frente ao traumático e à violência; ela indica a literatura e a poesia como um meio do caminho entre a definitividade da fala e a possibilidade de fazer brecha no silêncio. Há, na escrita, a possibilidade de autorizar-se a nomear algo do sofrimento. Como narra Djamila Ribeiro (2021) em *Cartas para minha avó*, recai sobre as mulheres e, de modo particular, sobre as mulheres negras, uma exigência reiterada de silenciamento diante da dor. Trata-se de uma interdição que não apenas impede a expressão do sofrimento, mas invalida a própria possibilidade de reconhecê-lo como experiência singular. Em nome da força, da resistência ou da produtividade, espera-se que a dor seja contida, que a emoção seja moderada, que o mal-estar não encontre forma de dizer-se.

Ribeiro (2021) recorda as frases que ouviu ao longo da vida: “a vida é dura para quem é mole”, “não chore”, “vai passar”. Fórmulas que operam como dispositivos de contenção, destituindo a dor de legitimidade e interditando sua inscrição na linguagem. Ao revisitar essas memórias, evidencia quantas vezes suas experiências precisaram ser privadas de palavra, privadas de reconhecimento. Assim como a violência física e sexual vivida por Amanda, o silenciamento cotidiano atua como sua face mais difusa: não elimina fisicamente, mas corrói a possibilidade de enunciação, sustentando uma forma persistente de desumanização que atravessa os cenários de crueldade.

Ainda na dimensão em que a escrita autoriza o sujeito a articular uma experiência que antes se encontrava silenciada, as reflexões de Eliane Marques (2017) sobre seu próprio fazer literário aportam uma releitura da linguagem enquanto espaço de constituição subjetiva e histórica. Para Marques (2017), forjam-se mundos outros em relação àqueles oferecidos pela norma dominante, e essa relação com a linguagem não se dá como simples transmissão, mas como um gesto de reinvenção de mundos possíveis, um movimento em que a poesia desconecta as palavras do discurso ordinário para que elas signifiquem outra coisa, produzindo uma experiência singular de existência no mundo. Tal deslocamento permite que a linguagem se organize segundo uma lógica própria, não imediatamente capturável pelo sentido comum.

Ao narrar sua trajetória, Marques (2017) afirma não ter sonhado em ser escritora, mas, uma vez imersa na literatura, encontrou nas palavras não apenas uma forma de relatar histórias, mas um gesto de ruptura com aquilo que prioriza conforto e privilégio e uma abertura para dizer aquilo que lhe é próprio

e que o racismo estrutural e a tradição editorial tantas vezes negaram ou inviabilizaram. Essa atitude de criar outra oralidade e outro espaço de linguagem, atravessada pelo entrelaçar de línguas, memórias e territorialidades, aproxima-se de uma escrita que não pretende apenas comunicar, mas inventar presença e afirmar uma dimensão subjetiva marcada pelo silêncio e pela exclusão.

A escrita de autoras como Conceição Evaristo (2003) permite compreender que a resistência à violência também se realiza pela reivindicação da narrativa. Contar algo da própria história ultrapassa o registro autobiográfico e envolve uma operação de inscrição na linguagem, por meio da qual o corpo deixa de ocupar exclusivamente a posição de objeto para afirmar-se como lugar de enunciação. Em *Ponciá Vicêncio* (EVARISTO, 2003), a protagonista refaz os caminhos de sua ancestralidade, articulando memória e diáspora como narrativa de existência. Esse movimento se relaciona ao conceito de escrevivência, no qual escrita e experiência se imbricam. A palavra não se apresenta dissociada da vida, mas emerge a partir dela. Se a violência contra as mulheres atua pelo apagamento de nomes e histórias, a escrita sustenta o nome próprio (Ponciá, Maria) como marca de presença, inscrevendo na linguagem aquilo que os processos de exclusão tendem a relegar ao silêncio.

Ao desenvolver a noção de escrevivência, Evaristo (2020) retoma a imagem da Mãe Preta como núcleo gerador do termo. A figura da mulher negra escravizada que narrava histórias na casa-grande fundamenta a reflexão sobre a passagem de uma voz submetida ao controle escravocrata para uma escrita assumida como gesto de autoria pelas mulheres negras. A escrevivência nasce como ato que articula oralidade e escrita, deslocando a letra de um lugar de contenção para um campo de enunciação. Não se trata de adormecer a casa-grande, mas de interpelá-la, como afirma a autora ao dizer que sua escrevivência não é para “adormecer”, e sim para despertar dos “sonos injustos” (EVARISTO, 2020). Neste enquadramento, a literatura opera como prática de inscrição que responde ao apagamento com a afirmação de memória e presença. Nas palavras de Conceição Evaristo (2020, p.35):

E o que seria escrever nesse mundo? O que escrever, como escrever, para que e para quem escrever? Escrevivência, antes de qualquer domínio, é interrogação. É uma busca por se inserir no mundo com as nossas histórias, com as nossas vidas, que o mundo desconsidera. Escrevivência não está para a abstração do mundo, e sim para a existência, para o mundo-vida. Um mundo que busco apreender, para que eu possa, nele, me autoinscrever, mas, com a justa compreensão de que a letra não é só minha.

Ao refletir sobre a literatura, Deleuze (2011) afasta a escrita de uma simples narrativa do vivido. A experiência, ao passar pela linguagem, deixa de se apresentar como repetição do acontecimento e passa a circular em um regime de transformação. Nesse sentido, a escrita não elimina o sofrimento nem apaga

a violência, mas cria um intervalo a partir do qual o vivido pode ser deslocado. É nessa direção que o autor compreende a literatura como um empreendimento de saúde: não uma superação da dor, mas uma “frágil saúde” que resiste ao esmagamento da experiência e permite que a vida persista apesar dela.

Destacamos a importância de situar a literatura produzida por mulheres negras também no campo político. Almeida (2019), ao discutir o feminismo literário contemporâneo, propõe compreender a literatura como prática que participa da construção de sentidos e intervém nas formas pelas quais determinadas experiências se tornam visíveis e compartilháveis. Nesse registro, a escrita produzida por mulheres configura-se como espaço de contestação simbólica, no qual experiências historicamente silenciadas podem adquirir espessura narrativa e reconhecimento. A autora chama atenção para o modo como determinadas produções literárias deslocam lugares tradicionais de autoridade, tensionando estruturas que historicamente restringiram quem pode falar, escrever e ser lido.

Nessa direção, falar de “mulheres”, como sugere Almeida (2019), exige considerar as intersecções de raça, classe, etnia e territorialidade que atravessam as experiências femininas. Tal perspectiva impede que a escrita seja compreendida a partir de uma experiência única ou universal e desloca a atenção para as hierarquias que também operam no campo literário. Isso implica interrogar quais mulheres têm suas obras publicadas, lidas e legitimadas, bem como aquelas cujas narrativas permanecem à margem. A literatura, nesse contexto, torna-se um espaço privilegiado para tornar visíveis essas assimetrias e tensionar discursos que reduzem mulheres à condição de vítimas ou objetos de tutela.

Ao articular estética e política, Almeida (2019) sugere que a literatura pode “apropriar-se do pesadelo” não para negá-lo, mas para transformá-lo em matéria narrável, criando uma distância que permite elaborá-lo. Essa formulação aproxima-se do gesto de reinscrição que estamos delineando: escrever não é apagar a violência, mas instaurar um intervalo em que o sofrimento pode ser reconfigurado em linguagem.

É nessa trama entre transmissão, política e linguagem que surgem os versos de Conceição Evaristo (2017, p.70), em *De mãe*, ela escreve:

“O cuidado de minha poesia
Aprendi foi de mãe...
insisto, foi ela
a fazer da palavra
artifício
arte e ofício
do meu canto
de minha fala”.

A mãe que comparece nesses versos não se reduz à figura biográfica singular, assim como a mãe ou a avó de Amanda, mas pode ser lida como inscrição de uma linhagem. Trata-se de mulheres que se registram nesta linhagem de forma ampliada, que em seus registros condensam gestos, modos de dizer, estratégias de sobrevivência e saberes transmitidos entre mulheres ao longo do tempo. O “cuidado” da poesia sugere uma ética da palavra aprendida na experiência compartilhada. A escrita aparece, assim, como herança que não se transmite apenas como conteúdo, mas como forma de relação com a linguagem: fazer da palavra artifício, implica reconhecer nela uma prática e uma estratégia de existência. Essa concepção desloca a escrita de um campo exclusivamente estético para inscrevê-la em uma economia da transmissão. A palavra aprendida da mãe não é mera repetição, mas apropriação ativa de um gesto: fazer da escrita um meio de existir e de responder ao mundo.

Ao acompanhar Amanda, encontramos uma adolescente cuja experiência é continuamente atravessada por mecanismos de controle, culpa e silenciamento. Se a crueldade atua restringindo as possibilidades de nomeação e produzindo rupturas na relação com o próprio desejo, a escrita surge como uma via pela qual algo dessa experiência pode encontrar linguagem. Nessa perspectiva, a literatura produzida por mulheres negras adquire relevância singular ao produzir formas de dizer experiências historicamente submetidas ao apagamento, fazendo circular narrativas que a violência frequentemente procura reduzir ao silêncio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, analisamos as relações entre violência, literatura e escrita a partir da obra *Corpo Desfeito* (2022), de Jarid Arraes. Tomando como eixo as experiências de violência que atravessam a trajetória de Amanda, interrogamos de que modo a escrita literária pode operar como possibilidade de inscrição frente a contextos marcados pela crueldade, pelo silenciamento e pela violência de gênero. Para tanto, articulamos a obra de Arraes e discussões sobre crueldade, linguagem e escrita, compreendendo a literatura como um campo de produção de sentidos capaz de tensionar processos de apagamento e exclusão.

A narrativa de Amanda evidencia que a violência não se restringe aos episódios explícitos de agressão, mas se produz também por meio de mecanismos cotidianos de controle, culpa e silenciamento. Ao acompanhar as relações estabelecidas entre Amanda, sua mãe e sua avó, torna-se possível reconhecer como determinadas formas de violência de gênero se perpetuam e se reorganizam entre gerações, inscrevendo-se nos corpos, nos vínculos e nas possibilidades de nomeação da experiência. Nesse sentido, *Corpo Desfeito* (2022), de Jarid Arraes, permite compreender a crueldade para além do acontecimento

isolado, revelando-a como uma trama que atravessa a constituição subjetiva e produz efeitos persistentes sobre os modos de existir e de desejar.

Como demonstramos, a crueldade não se apresenta como efeito secundário da vida social, mas como um dispositivo que naturaliza diferentes formas de violência e produz modos específicos de silenciamento. Incidindo sobre os corpos, os afetos e as possibilidades de existência das mulheres, ela opera de maneira persistente, sustentando relações de poder que atravessam tanto experiências individuais quanto processos históricos mais amplos. É precisamente nesse contexto que a literatura adquire relevância, não por oferecer uma solução para a violência, mas por possibilitar que experiências frequentemente reduzidas ao silêncio encontrem formas de inscrição e transmissão. Ao transformar em linguagem aquilo que tende ao apagamento, a escrita produz deslocamentos que tornam interrogáveis experiências muitas vezes apresentadas como destino.

A análise realizada permite compreender que a escrita não se reduz a um recurso expressivo, mas se constitui como uma prática de produção de presença. Em diálogo com uma tradição de autoras negras que reivindicam a palavra como espaço de existência, Jarid Arraes (2022) constrói, em *Corpo Desfeito*, uma narrativa que desloca a violência do campo da experiência privada para o da elaboração compartilhada. Por meio da trajetória de Amanda, torna-se possível reconhecer que aquilo que atravessa seu corpo e sua história não se restringe a um destino individual, mas remete a experiências historicamente produzidas por relações de gênero, raça e poder. Nesse sentido, a literatura produzida por mulheres negras afirma-se como prática de inscrição capaz de tensionar processos históricos de apagamento e produzir outras formas de existência e reconhecimento.

Se a escrita pode operar como mediação diante de experiências marcadas pela violência e pelo silenciamento, ela não se limita a registrar a violência ou a narrar o sofrimento. A análise de *Corpo Desfeito* permitiu compreender que a literatura pode constituir um espaço de inscrição para experiências frequentemente submetidas ao apagamento, produzindo linguagem para aquilo que encontra dificuldade de ser nomeado. Ao favorecer processos de memória e transmissão, a escrita amplia as possibilidades de reconhecimento dessas experiências sem apagar as marcas da violência que as atravessam. Nesse sentido, não é casual que a autora afirme seu interesse por finais abertos, recusando encerramentos definitivos e preservando um espaço de indeterminação no qual o leitor é convocado a participar da construção dos sentidos. Mais do que oferecer respostas conclusivas, a literatura pode sustentar perguntas, abrir intervalos e criar brechas nas quais outras histórias, outras palavras e outros modos de existir possam encontrar lugar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Sobre mulheres, escrita e resistência: desafios contemporâneos. **Interdisciplinar**, São Cristóvão, UFS, v. 32, p. 13-26, jul.-dez. 2019.

ARRAES, Jarid. **Corpo desfeito**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2022.

ARRAES, Jarid. Jarid Arraes. Entrevistador: Pedro Pacífico. **Daria um livro**, 14 de nov. 2024. Podcast. Disponível em: <<https://podcasts.apple.com/mz/podcast/jarid-arraes/id1534332292?i=1000677462595>>. Acesso em: 20 maio 2026.

ARRAES, Jarid. Hoje sei que minha grande obsessão como escritora é o trauma. [Entrevista concedida a] Bruno Inácio. **Le Monde Diplomatique**, São Paulo, 9 jul. 2025. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/jarid-arraes-poemas/>>. Acesso em: 20 de maio de 2026.

ARRAES, Jarid; DUNKER, Christian. Literatura, psicanálise e trauma. [Entrevista concedida a] Stephanie Roque. **Rádio Companhia**, São Paulo, 9 jul. 2025. Podcast. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/49y4eGeVcCaeoKdTvcUcSp>>. Acesso em: 25 de maio de 2026.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DELEUZE, Gilles. A literatura e a vida. In: **Crítica e clínica**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2011. p. 11-17.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.

FUKS, Betty Bernardo. Por que a crueldade? **Berggasse 19**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 103-119, 2022. Disponível em: <<https://berggasse19.emnuvens.com.br/revista/article/view/68/52>>. Acesso em: 19 de maio de 2026.

MARQUES, Eliane. **Eu escrevo porque não sei fazer tranças**. [Entrevista concedida a] Grazielle Frederico, Lúcia Tormin Mollo e Paula Queiroz Dutra. Estudos de Literatura Brasileira

Contemporânea, Brasília, n. 51, p. 271-275, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/elbc/a/qTCnFPCFJD549z6Y4ydq5DM/?lang=pt>>. Acesso em: 14 de maio de 2026.

MIJOLLA-MELLOR, Sophie de. Terrorismo, barbárie e desordem: Parte II. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 173-183, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pc/a/TZnHRQLRrK8Xv8x9dGvyz8P/?lang=pt>>. Acesso em: 19 de mar. de 2026.

RIBEIRO, Djamila. **Cartas para minha avó**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RIVERA, Tania. Desejo de ensaio. In: RIVERA, Tania. CELES, Luiz Augusto M. SOUZA, Edson Luiz André de (Orgs.). **Psicanálise**. Rio de Janeiro: Funarte, 2017. p. 11-23.

SEGATO, Rita. **Contra-pedagogías de la crueldad**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

TOROSSIAN, Sandra Djambolakdjian. A escuta psicanalítica em contextos de crueldade. **Clínica & Cultura**, São Cristóvão, v. 8, n. 2, p. 21-33, 2019. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-25092019000200003>. Acesso em 13 de jan. de 2025.